



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

O engajamento de juventudes na gestão das águas: desafios e perspectivas na bacia hidrográfica do rio Capibaribe

Symone Maria Pancrácio Falcão¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0216-7894>
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Micaella Raíssa Falcão de Moura²

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8710-3429>
Universidade Federal de Pernambuco

Romildo Morant de Holanda³

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7945-3616>
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo: A evolução do arcabouço legal, que prevê a gestão participativa das águas, abriu espaço para a incorporação dos jovens nos debates concernentes à gestão hídrica. Esse estudo objetivou traçar um panorama da participação da juventude na gestão das águas da Bacia hidrográfica do Rio Capibaribe- PE, adotando-se como universo de estudo a estruturação do primeiro Encontro de Juventudes do Capibaribe - ENJUCA, realizado em novembro de 2018. O método principal foi a *observação participante*, a partir de análises qualitativas e quantitativas. O fortalecimento da participação juvenil é um desafio, e por estar alinhado com premissas do desenvolvimento sustentável, deve ser encarado com a criação de espaços reais de democratização e reflexão em torno do papel do jovem como futuro gestor dos recursos naturais.

Palavras-chave: Jovens. Gestão de Recursos Hídricos. Gestão participativa.

Participación juvenil en la gestión del agua: desafíos y perspectivas en la cuenca hidrográfica de Capibaribe

¹ Engenheira Agrícola e Ambiental e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal Rural de Pernambuco. e-mail: monempf@gmail.com

² Doutora em Engenharia Civil com ênfase em Recursos Hídricos e Professora do curso de Engenharia Civil no Centro Universitário Estácio do Recife. e-mail: micaellaraissa@hotmail.com

³ Professor Adjunto do Departamento de Tecnologia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal Rural de Pernambuco. e-mail: romildomorant@gmail.com

Resumen: La evolución del marco legal, que prevé una gestión participativa del agua, ha abierto un espacio para la incorporación de los jóvenes a los debates sobre la gestión del agua. Este estudio tuvo como objetivo esbozar un panorama de la participación juvenil en la gestión del agua en la Cuenca del Río Capibaribe - PE, adoptando como universo de estudio la estructuración del primer Encuentro de Juventudes do Capibaribe - ENJUCA, realizado en noviembre de 2018. El método principal fue la observación participante, basada en análisis cualitativos y cuantitativos. El fortalecimiento de la participación de los jóvenes es un desafío y, por estar alineado con las premisas del desarrollo sostenible, debe enfrentarse a la creación de verdaderos espacios de democratización y reflexión en torno al papel de los jóvenes como futuros gestores de los recursos naturales.

Palavras-chave:Juventud. Gestión de recursos hídricos. Gestión participativa.

Youth engagement in water management: challenges and prospects in the Capibaribe hydrographic basin

Abstract: Developments in the legal framework, which provides for participatory water management, have opened space for the incorporation of young people into debates on water management. This study aimed to outline a panorama of youth participation in water management in the Capibaribe River Basin - PE, adopting as its universe of study the structuring of the first Youth Meeting of Capibaribe - ENJUCA, held in November 2018. The main method was the participant observation, based on qualitative and quantitative analyses. The strengthening of youth participation is a challenge, and because it is aligned with the premises of sustainable development, it must be faced with the creation of real spaces for democratization and reflection around the role of the youth as future managers of natural resources.

Palavras-chave:Young people. Water Resources Management. Participatory management.

Introdução

Os processos colaborativos de tomada de decisão têm sido cada vez mais comuns no gerenciamento de recursos naturais, e a incorporação da voz dos jovens nesses processos tornou-se imperativa para o desenvolvimento sustentável global (Zurba & Trimble, 2014; Yunita *et al.* 2018). Segundo Cushing (2014), no universo geral do planejamento, a participação juvenil parte de uma abordagem mais ampla, que contempla aspectos de participação pública e justiça social.

No que se refere ao planejamento ambiental, mais especificamente na escala do gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil, nota-se ainda, entretanto, uma carência de articulação intergerações. Iniciativas recentes, como o Parlamento Nacional da Juventude pela Água - PNJA (proposta da Associação Brasileira de Recursos Hídricos- ABRH), têm sido promovidas com o intuito de engajar os jovens brasileiros na gestão hídrica nacional. Todavia, observa-se que tais iniciativas devem ser multiplicadas e potencializadas, de modo a consolidar o engajamento juvenil na solução dos problemas relativos aos recursos hídricos, tendo em vista que os jovens serão a próxima geração de gestores destes recursos

(Zorzi *et al.*, 2016).

Nesse contexto, na escala estadual da gestão hídrica, o Estado de Pernambuco promoveu, no ano de 2018, o primeiro Encontro de Juventudes da Bacia do rio Capibaribe (ENJUCA), que consistiu na primeira iniciativa totalmente dedicada à mobilização e integração de jovens para debater o gerenciamento hídrico na bacia e no Estado.

Historicamente, Pernambuco tem se deparado com obstáculos significativos para alcance da segurança hídrica, com grande pressão e conflitos sobre os usos das águas na maioria das bacias estaduais. Dessa forma, a articulação entre as gerações se faz trivial para assegurar o direito de voz das representações juvenis, se configurando como um importante passo no âmbito da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos do Estado.

A Bacia do Rio Capibaribe-PE (BRC) responde por diversos problemas ambientais negativos decorrentes de uso intensivo dos solos e dos processos produtivos do setor industrial, em especial o Pólo de confecções no Alto Capibaribe (Dutra, 2017). Tais problemas foram amplamente debatidos no I ENJUCA, que contou com a participação de jovens representantes de treze municípios no quais possuem territórios integrantes da bacia do rio Capibaribe.

Diante disso, o presente trabalho objetivou traçar um panorama da participação da juventude na gestão das águas da BRC, tendo como base a estruturação do primeiro Encontro de Juventudes na Bacia. Utilizou-se o método da Observação Participante, com análises qualitativas e quantitativas, possibilitando, entre outros, a identificação de entraves ao engajamento das juventudes na gestão dos recursos hídricos

Fundamentação Teórica

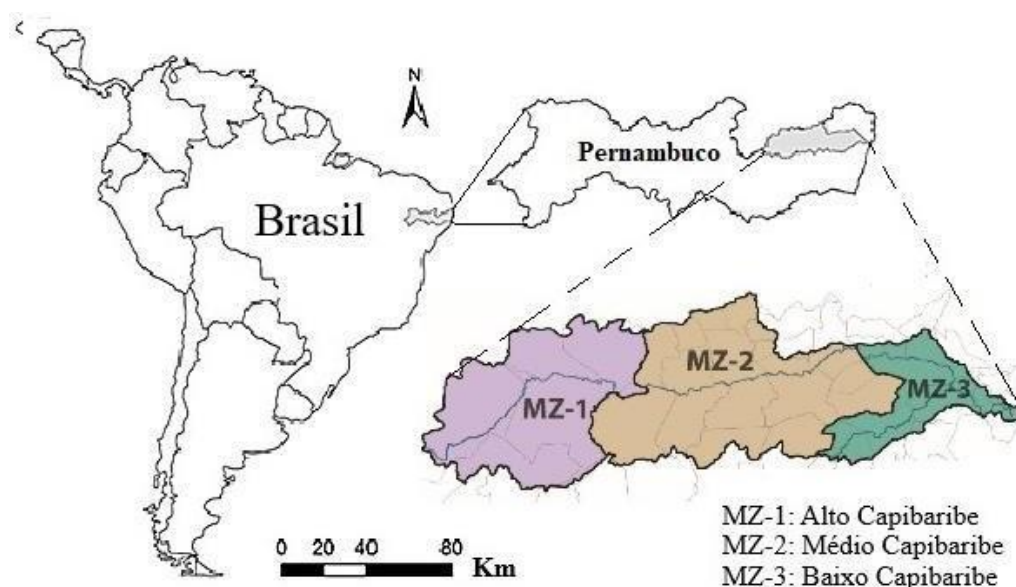
A Bacia hidrográfica do Rio Capibaribe (BRC)

Localizada na porção nordeste do Estado de Pernambuco (PE), a bacia do Rio Capibaribe (BRC) possui uma área de drenagem de aproximadamente 7454 km² (7,58% da área do Estado), correndo na direção oeste-leste até o Oceano Atlântico. As precipitações as quais a bacia está submetida apresentam alta variabilidade, com valores entre 600 e 2400 mm ao ano e total anual médio de aproximadamente 1135 mm (Projetec-BRLI, 2010).

A BRC pode ser dividida em três macrozonas: MZ-1, MZ-2 e MZ-3, facilmente

identificadas como Alto, Médio e Baixo Capibaribe (figura 1). O Alto e Médio Capibaribe sofrem com déficit hídrico. Na área inferior, há um balanço hídrico positivo, visto que as necessidades podem ser atendidas pela produção de água na própria macrozona, necessitando apenas de uma boa gestão em relação à recarga das áreas de aquíferos, controle de poluição e orientação à demanda (Braga *et al.*, 2015). Desde a sua nascente no município de Poção, a bacia se estende por cerca de 270 km até a foz do rio na capital Recife. Nessa rota, a BRC corta 42 cidades, das quais 15 estão totalmente inseridas na bacia e 26 têm sua sede na mesma.

Figura 1: Bacia hidrográfica do rio Capibaribe (BRC)



Fonte: Adaptado de Moura *et al.* (2017).

A integração dos tomadores de decisão para estabelecer prioridades e políticas compatíveis entre si é de extrema importância para o planejamento adequado do uso dos recursos hídricos frente às crescentes demandas por usos múltiplos (Montaño & Souza, 2016). Pereira e Medeiros (2009) reforçam que a eficácia dos processos de gestão das águas depende do bom funcionamento das políticas públicas, das leis regulamentadoras e das instituições. Tal gestão deve estar articulada com as políticas de desenvolvimento regional, meio ambiente, educação e saúde, contando com ampla participação pública e dos usuários (Montenegro & Montenegro, 2012).

Nesse contexto, pode-se dizer que a gestão hídrica na BRC se apresenta alinhada às tendências nacionais e internacionais que prevêm o planejamento hídrico sob uma ótica

colaborativa. Cabe destacar que, no estado de Pernambuco, a gestão dos recursos hídricos baseia-se na Lei Estadual nº 12984 de 2005 (Pernambuco, 2005), que prevê a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Destaca-se ainda o importante papel do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Capibaribe (COBH-Capibaribe), órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo que compõe o Sistema Estadual Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos – SIGRH. O COBH-Capibaribe tem como uma das finalidades “apoiar a integração entre as políticas públicas municipais, estadual e federal visando o desenvolvimento sustentável da bacia”, além de “definir instrumental de ação que assegure gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos” (Pernambuco, 2007).

O I Encontro de Juventudes da Bacia do Rio Capibaribe (I ENJUCA)

O Encontro realizado nos dias 24 e 25 de novembro de 2018 no município de Carpina - PE, com tema “Por nossas águas, avante juventudes!”, reuniu 32 jovens e contou com programação que incluiu acolhimento, formação de grupos de trabalhos para diálogo de estratégias e experiências na temática, e, ao final, socialização das discussões em uma plenária.

O evento teve como principal estratégia a formação de dois grupos de trabalho para tratarem das seguintes questões; o Grupo 1 sobre a Educação e comunicação aliados na participação juvenil; Grupo 2 acerca do acesso à água: permanência no campo e segurança hídrica nas cidades.

O ENJUCA se apresenta como primeiro encontro na história do estado de Pernambuco voltado ao exercício do direito à participação e representação juvenil na formulação das políticas ambientais e de recursos hídricos, conquistado através do Estatuto da Juventude instituído pela Lei 12.852/2013 (Brasil, 2013) e pautado no Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (Brasil, 2015). O Encontro foi uma realização da Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), do Comitê da Bacia do Rio Capibaribe (COBH-Capibaribe), Secretaria Executiva de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco (SRHE-PE), Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (SEPLAG-PE), e do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Recife (CJMAR). O CJMAR é um grupo de articulação da cidade do Recife que visa formar líderes jovens para sustentabilidade (Silva, *et al.* 2018).

A juventude simboliza o presente, e, portanto, é fundamental que os jovens dialoguem com os governos e demais setores, fazendo parte dos processos decisórios em questões que tangem o desenvolvimento sustentável (Brasil, 2015). Além disso, a mobilização juvenil também é capaz de atuar no processo de educação ambiental e conscientização das gerações anteriores, desde que os esforços de articulação dos jovens na resolução das problemáticas socioambientais sejam incentivados (Silva, 2016).

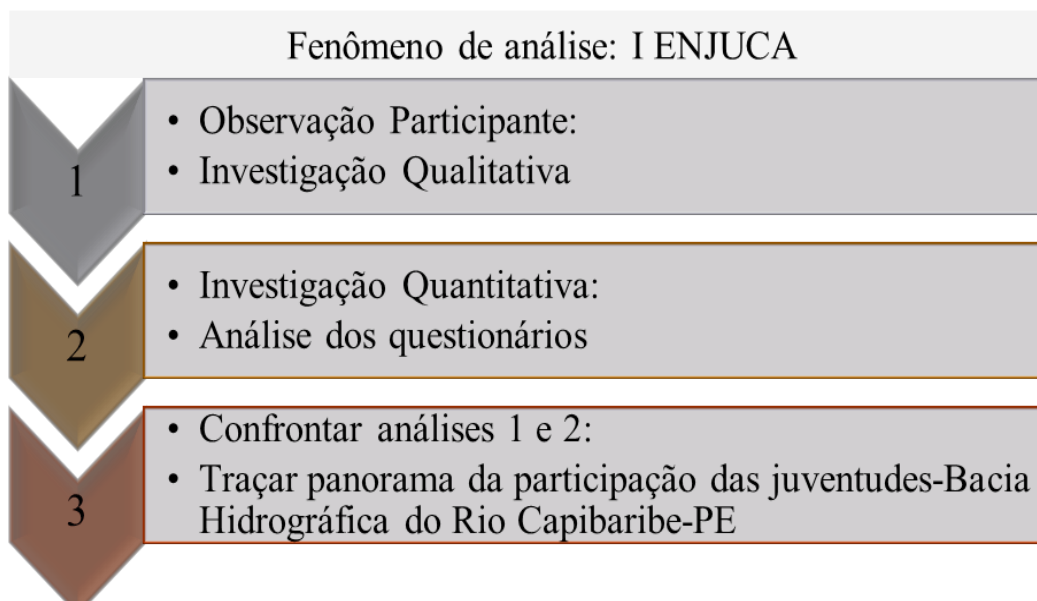
Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, pois visa principalmente a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência (Gil, 2008). Nele foram adotadas abordagens do tipo qualitativas, com emprego de metodologia de Observação Participante; e quantitativa, com expressão de informações por meio de dados numéricos. Dessa forma, conforme relata Yin (2015), as abordagens se complementam, permitindo uma melhor compreensão dos fenômenos estudados.

A técnica de Observação Participante foi utilizada na investigação do fenômeno em estudo, pois possibilita uma exploração holística e fiel à realidade retratada (Mónico *et al.*, 2017). Tal técnica permite ao pesquisador captar informações acerca do objeto de estudo, por meio da observação que inclui sua participação no processo. Isso foi possibilitado visto que o fenômeno estudado se trata do I ENJUCA, no qual os pesquisadores tiveram a oportunidade de idealizar, planejar e participar, além de análise documental do relatório do evento disponibilizado por XXXX.

O uso de metodologias participativas tem sido direcionado por técnicos e gestores públicos na busca por soluções socialmente viáveis e realização de diagnósticos geoambientais com engajamento dos diversos atores da sociedade (Santos & Jacobi, 2017; Mendes, *et al.*, 2016). A figura 2 apresenta um resumo das etapas metodológicas adotadas.

Figura 2: Etapas metodológicas



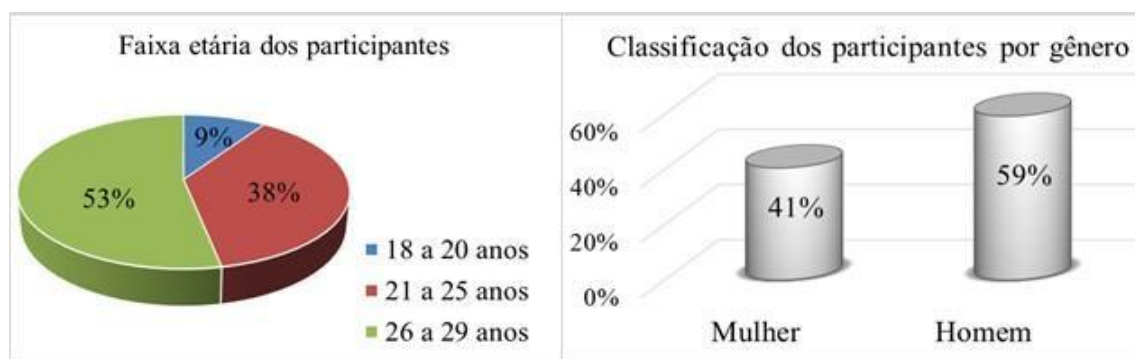
Fonte: Os autores (2019)

A abordagem quantitativa do trabalho consistiu numa análise dos dados gerados por meio da aplicação de um questionário pré-estruturado durante a etapa de inscrição dos jovens interessados em participar do ENJUCA. O questionário contemplou aspectos do perfil dos jovens, conhecimentos sobre o Comitê de Bacia do Rio Capibaribe e engajamento na Gestão Compartilhada de Recursos Hídricos.

Resultados e discussão

Ao total foram 53 inscrições para o I ENJUCA, realizadas por jovens dos diversos municípios da Bacia e com maioria na faixa etária de 26 a 29 anos (53%), conforme figura 3. De acordo com o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), são considerados jovens no Brasil os cidadãos entre 15 e 29 anos, sendo este o intervalo tomado como referência para realização do Encontro.

Figura 3: (A) Gráfico de percentual da faixa etária dos participantes do I ENJUCA. (B) Gráfico de percentual de gênero dos participantes do I ENJUCA



Fonte: Os autores (2019).

Destaca-se aqui uma ausência de inscritos menores de 18 anos, o que revelou a necessidade de equilibrar o engajamento das faixas etárias, ampliando os debates com grupos mais jovens.

O interesse pela participação no encontro foi majoritariamente masculino (59%), reforçando a necessidade da incorporação da perspectiva de igualdade de gênero também na participação de juventude na gestão de recursos hídricos. A ampliação da participação das mulheres é abordada em um dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo previsto no ODS 5:

“Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.” p. 18 e 25 (ONU, 2015).

Ainda nesse contexto, Souza-Fernandes (2018) salienta que em muitos países a mulher ocupa um lugar importante no que diz respeito ao acesso à água, especialmente no papel da busca por fontes para uso humano. Entretanto, no que se refere à gestão dos recursos hídricos, o autor reforça a necessidade de contínuo empoderamento ao protagonismo feminino.

A maioria dos jovens que se inscreveram para o Encontro são estudantes (39,29%). O interesse de jovens ligados a grupos de movimentos sociais ou coletivos jovens ocupou 33,93% das inscrições. Já aqueles que ocupam algum cargo ligado ao Poder Público, seja ele relacionado à gestão de juventude ou à gestão ambiental pública, correspondeu a 26,78% das inscrições.

Figura 4: Acolhimento e integração dos jovens participantes de do I ENJUCA (2018).



Fonte: Arquivo do Encontro de Juventudes da Bacia do Rio Capibaribe (2018).

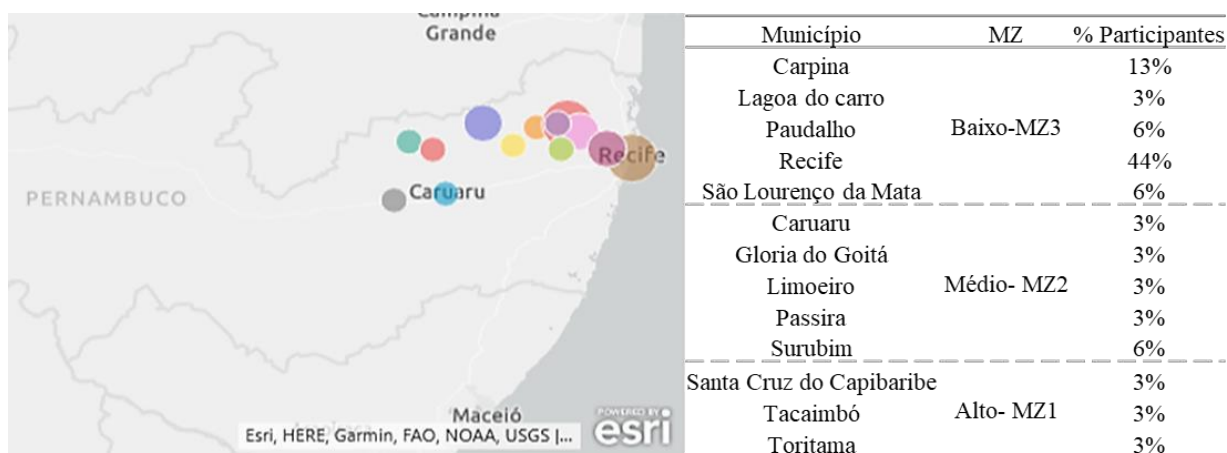
Villamayor-Tomas & García-López (2018), em estudo sobre casos que evidenciam as ações de gestão comunitária de recursos naturais por meio dos movimentos sociais, revelam que no Brasil estão 7% desses casos, ficando atrás somente dos Estados Unidos da América, México, Indonésia e Índia. Entretanto, o setor de gestão da água foi o de menor engajamento (10%), em comparação com a terra, recursos pesqueiros e florestais (40%, 25% e 25% respectivamente), isso enfatiza a necessidade de engajar atores sociais nessa causa.

O papel dos movimentos sociais se relaciona principalmente com os direitos à

gestão que ultrapassam as fronteiras sociais e vão além de reações às ameaças específicas, como por exemplo, contestações às decisões do poder público ou ações de usuários externos (Villamayor-Tomas & García-López, 2018). Os seus efeitos promovem a democratização de processos decisórios coletivos das comunidades, a reafirmação dos laços de identidade e do conhecimento do meio ambiente local, e o desenvolvimento socioeconômico.

Em relação às áreas da Bacia às quais pertencem os jovens participantes do I ENJUCA, a região do Baixo Capibaribe (MZ-3) apresentou 72% do total, seguida pelo Médio (MZ-2) com 19% e do Alto (MZ-1) com 9% (Figura 5). O fato de o Encontro ter sido realizado no município do Carpina (pertencente à área do Baixo Capibaribe e situado numa região não-central da Bacia) dificultou a participação de muitos dos jovens inscritos. Do total dos que realizaram as inscrições, apenas 57% conseguiram de fato estar presentes no Evento.

Figura 5: Percentual de participantes por Região da Bacia do Capibaribe.



Fonte: Os autores (2019)

É importante ressaltar que a identificação dos jovens interessados em participar do evento e discutir a gestão da bacia, permitiram reconhecer a diversidade que existe nesse grupo social. Desse modo, justifica-se o título deste estudo em que se denomina no plural “juventudes” (PAIS, 1993)⁴. A partir desse olhar, foi possível encarar a importância do papel dessas juventudes dentro de uma unidade de planejamento ambiental que é a bacia

⁴ De acordo com o autor a Sociologia da Juventude possui uma linha de pensamento que apresenta o termo no plural, a fim de expressar o reconhecimento da diversidade nessa categoria social. Não existe somente uma categoria de juventude, na qual a idade seria o fator predominante, mas um conjunto heterogêneo com múltiplas especificidades.

hidrográfica.

Com relação à participação de jovens dentro do COBH Capibaribe, 86,7% alegaram não serem membros do Comitê de Bacia, embora 70% terem conhecimento de sua existência e articulação. De acordo com o documento “Direitos da Juventude: subsídios para o debate” emitido para a 3ª Conferência Nacional da Juventude (UNIRIO, 2015), a baixa participação de jovens na discussão acerca dos recursos hídricos no Brasil, bem como representação em espaços democráticos como conselhos gestores e comitês de bacia, trata-se de uma problemática que necessita ser revertida em função da proposta de gestão compartilhada da água.

Durante o evento foram estabelecidos dois grupos de trabalho (GT's), no qual foram discutidas e formuladas soluções para os problemas enfrentados na Gestão da Bacia (Figura 6). O GT 1 ficou com as pautas Educação e comunicação, e Organização e participação juvenil, já o GT 2 se encarregou do Acesso à água e permanência no campo e segurança nas cidades.

Figura 6: Grupos de Trabalho do I ENJUCA (2018). A) Grupo de Trabalho 1; B) Grupo de Trabalho 2; C) Grupos de Trabalho compartilhando experiências (2018).



Fonte: Arquivo do Encontro de Juventudes da Bacia do Rio Capibaribe (2018).

Conforme já comentado, o Comitê de Bacia hidrográfica (CBH) é um órgão colegiado integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), e conta com membros representantes do poder público, dos usuários e das organizações civis (BRASIL, 1997). Ele possui atribuições de caráter normativo, deliberativo e consultivo, com objetivo de efetivar a gestão participativa das águas no território da Bacia, garantindo a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável (PERNAMBUCO, 2005).

O Comitê da Bacia do Rio Capibaribe foi criado em 2007 e homologado pela Resolução CRH nº 07/2007, bem como, vinculado ao Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos (PERNAMBUCO, 2005). O COBH Capibaribe conta atualmente com 45 membros, e assim como os demais comitês tem evoluído de forma significativa, buscando minimizar os impactos gerados pela elevada variabilidade temporal e espacial das chuvas e composição de seus territórios (DE LIMA, *et al.* 2018).

Contudo, a gestão participativa em si já constitui um grande desafio no âmbito da gestão de recursos hídricos, visto que a participação e atuação num órgão como o COBH ainda é inviabilizada devido à ausência de um apoio efetivo no âmbito administrativo e jurídico, existência de vagas ociosas e entraves de comunicação entre os membros e a comunidade (Mesquita, 2018).

De fato, o sentimento de pertencimento à bacia hidrográfica é algo que ultrapassa as fronteiras políticas estabelecidas, sendo efetivado com o fortalecimento da comunicação entre órgãos como o COBH e as comunidades. Ações de envolvimento e integração, que vão além do espaço utilizado por esses órgãos, mas que conseguem captar as demandas dos diferentes grupos da sociedade, poderiam ser mais incorporadas na atuação da gestão participativa da água (Dictoro & Hanai, 2019).

Principalmente pelo fato de que as juventudes vêm inserindo na sociedade novos formatos de organização social, nos quais muitas vezes não se apresenta como caráter formal, como no caso de coletivos jovens. Santiago *et al.* (2016) afirmam que esses novos espaços, são mais flexíveis e viabilizados por dispensarem a burocracia exigida numa estruturação formal e instituída, como em associações, partidos e sindicatos. Todavia, se prejudicam por serem muitas vezes excluídos dos processos decisórios, em função de sua informalidade. Portanto, de fato observa-se que há um afastamento dos jovens de espaços de participação política tradicionais tais como conselhos e comitês, mas talvez por esses espaços não terem acompanhado o novo desenho da participação política desses jovens

(De Paula & Afonso, 2018).

Na bacia do Rio Capibaribe, diversos grupos de jovens têm realizado ações como mutirões de limpeza com coleta de resíduos sólidos nas margens do rio e em áreas de mangue, engajando pessoas na proteção ambiental desses bens naturais por meio da educação ambiental. O fortalecimento de espaços de atuação da juventude nas causas ambientais, tais como coletivos e outras iniciativas juvenis, fortalece um eixo essencial na proteção ambiental das águas que é a Educação Ambiental (EA). A exemplo dessas ações, a EA vai além do espaço da sala de aula tradicional, pois incorpora saberes e reconstrói aspectos da dinâmica das vivências de cada indivíduo perante a realidade da comunidade à que pertence (Aguiar *et al.*, 2017).

A gestão dos recursos hídricos se estabelece no âmbito comunitário, e portanto, vai além de práticas individuais que estão ligadas ao uso sustentável da água. Desse modo, a EA é substancial na construção da criticidade e ética dos cidadãos que participam desse processo, pois deve despertar a responsabilidade individual face ao seu pertencimento a um grupo (Brotto & Leão, 2017). O valor político, intrínseco da EA cuja tendência é crítica, reside justamente nessa conscientização coletiva que traz potencial de transformação do meio (Layrargues & Lima, 2014), no presente caso a bacia hidrográfica.

Figura 8: Jovens participantes do I ENJUCA. A) Primeiro dia do evento;
B) Encerramento do evento (2018).





Fonte: Arquivo do Encontro de Juventudes da Bacia do Rio Capibaribe (2018).

Com base no exposto, foi possível constatar que realização do ENJUCA representa uma prática de incentivo ao engajamento da juventude da bacia do Rio Capibaribe num espaço democrático que é o COBH, e a garantia de um direito conquistado por esse grupo social. Nesse sentido, a estrutura e formação do Encontro podem ser replicadas em outros COBH's, desde que sejam consideradas as realidades de cada Bacia e das juventudes nelas presentes. De forma a promover o engajamento dos jovens com as políticas públicas de gestão participativa da água, pois, habilidades de criticidade e de mobilização social, conforme De Paula & Afonso (2018), são próprias da juventude e podem contribuir muito nesse âmbito

Como principais desafios observados, têm-se: a ampliação do interesse e participação dos mais jovens, principalmente daqueles que estão presentes no ambiente escolar; envolver e despertar maior interesse de meninas e mulheres na temática; engajamento dos jovens presentes em comunidades ribeirinhas, e também periféricas e vulneráveis à insegurança hídrica; incentivo para que as juventudes trabalhem a temática da gestão compartilhada de águas dentro de práticas de educação ambiental, bem como a ampliação dessa prática em toda a bacia; Ampliar a representação de jovens no COBH Capibaribe, incentivando uma efetivação desta prática nos demais COBH's.

Quanto às próximas edições do ENJUCA, se faz necessária uma estrutura com expansão territorial, que compreenda as juventudes e suas relações entre o urbano e rural,

entre outras bacias hidrográficas. Além disso, devem ser considerados os fluxos dinâmicos e sociais, para seja possível garantir o acesso à água de qualidade não só para população humana da Bacia, mas para todo o meio ambiente.

Considerações finais

O presente artigo, abordou a temática da participação de jovens na gestão dos recursos hídricos, por meio da realização de um evento de iniciativa de jovens do Comitê da Bacia do Rio Capibaribe. A partir da aplicação de formulários, a fim de coletar dados acerca do perfil dos jovens interessados na causa, foi possível notar que há diversidade na juventude atuante na proteção ambiental da bacia. A maioria desses jovens tem conhecimento sobre a existência do Comitê de Bacia, embora não sejam membros.

Resultados dos formulários também permitiram inferir que os espaços de tomada de decisão, referentes à gestão da água na bacia do Capibaribe, encontram-se ainda esvaziados de participação juvenil. Isso traduz a importância de ações que incentivem a participação de jovens nos Comitês de Bacia, bem como Conselhos de Recursos Hídricos e demais Conselhos da área ambiental.

O engajamento de jovens é fundamental na Agenda Mundial Global 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ser composta de metas que transpõem as gerações. Isso porque, seu objetivo é reverter a previsão de futuro com o esgotamento dos recursos ambientais.

A experiência da realização do Encontro de Juventudes da Bacia do Rio Capibaribe, com incentivo da gestão pública, demonstra que é possível uma participação protagonista do jovem na gestão das águas. Todo o encontro foi idealizado por jovens que promoveram e colaboraram em sua organização. O resultado principal consistiu na elaboração de uma Carta Aberta ao Governo do Estado de Pernambuco.

A Carta das Juventudes da Bacia do Rio Capibaribe destacou o fato de o I ENJUCA proporcionar uma imersão em várias temáticas relacionadas à Bacia, em função de alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além da elaboração de uma agenda com metas a serem alcançadas pelos jovens com apoio do COBH Capibaribe. O I ENJUCA foi um evento vanguardista e representa um marco histórico de abertura do diálogo entre os jovens e todo o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos.

Os encaminhamentos presentes na Carta apresentam princípios que têm como base a integração entre as políticas públicas estaduais na área ambiental, e de recursos hídricos

com as políticas de juventude do estado de Pernambuco. O documento ressalta a ampliação da participação dos jovens junto ao poder público, de modo a contribuir para a execução de ações relacionadas aos cuidados com a bacia.

Para execução de futuros trabalhos, sugere-se uma avaliação da participação de jovens no âmbito da gestão de recursos hídricos em outras Bacias, a nível regional e nacional. Como também investigações acerca da execução de políticas públicas de juventude, voltadas à promoção e garantia do direito ao meio ambiente conforme previsto na legislação do Estatuto da Juventude.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelas bolsas de pesquisa durante o doutorado e iniciação científica, respectivamente. Os autores também agradecem à Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), à Secretaria Executiva de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco (SRHE-PE), à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (SEPLAG-PE), à Secretaria Executiva de Juventude do Recife (SEJUV/Recife), ao Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Recife (CJMAR) e ao Comitê da Bacia hidrográfica do Capibaribe (COBH-PE) pelo suporte dado ao desenvolvimento deste trabalho.

Referências

AGUIAR, Paulo César Bahia; NETO, Renvil Fernandes Costa; BRUNO, NelmaLima; PROFICE, Christiana Cabiciere. Da Teoria À Prática Em Educação Ambiental. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 6, n. 2, p. 111-132, 2017.

BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa, FARIAS, Carmen Roselaine de Oliveira, SILVA, S.R., CAVALCANTI, Edineida Rabelo. **Gestão e educação socioambiental na Bacia do Capibaribe**. 1. ed., Recife: Editora Clã, 2015. 140 p.

BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em: 14 de jun. 2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial N° 390, de 18 de novembro de 2015**. Institui o Plano Nacional da Juventude e Meio Ambiente- PNJMA. Brasília, DF: Presidência da República,

[2015]. Disponível

em:<https://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade_socioambiental/juventude/publicacao_versao3.pdf> Acesso em: 05 de mai. 2019.

BRASIL. **Revista Juventude e Meio Ambiente**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2015. 72 p.

BROTTO, Daniel Shimada; LEÃO, Danielle Alves. Avaliação de materiais educativos sobre recursos hídricos. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 34, n. 3, p. 283-298, 2017.

CUSHING, Debra Flanders. Promoting youth participation in communities through youth master planning. *Community Development*. **Informa UK Limited**, [s.l.], v. 46, n. 1, pp. 43-55, 2014.

DE LIMA, Mariana Caroline Gomers; DE SÁ, Sandra Maria Ferraz.; DE SOUZA, Werônica Meira; DOS SANTOS,. Thais Emanuelle Monteiro. Impactos gerados e a gestão da bacia do rio Capibaribe-PE. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, v. 3, n. 1, p. 75-85, 2018.

DE PAULA, Marcelo Torrs; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Formação de jovens para a participação política e o exercício da cidadania. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, v. 8, n. 16, 2018. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.45, p. 56-80, 2018.

DICTORO, Vinicius Perez; HANAI, Frederico Yuri. A Gestão de Bacias Hidrográficas e os critérios para seleção de propostas de projetos de Educação Ambiental. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, n. 2, p. 4-23, 2019.

DUTRA, Maria Tereza Duarte. **Desenvolvimento de um índice de sustentabilidade hidroambiental em bacia hidrográfica: o caso da bacia do rio Capibaribe, Pernambuco**. 2017. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 220 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

MESQUITA, Luis Fabio Gonçalves. Os comitês de bacias hidrográficas e o gerenciamento integrado na Política Nacional de Recursos Hídricos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 45, p. 56-80, 2018.

MÔNICO, Lisete; ALFERES, Valentim; CASTRO, Paulo; PARREIRA, Pedro. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *In: Congresso Íbero-Americano em Investigación Cualitativa*, 17., 2017, Salamanca. **Anais [...]** International Symposium on Qualitative Research, 2017. pp. 724-733. ISBN: 978-972-8914-77-6.

MONTAÑO, Marcelo; DE SOUZA, Marcelo Pereira. Integração entre planejamento do uso do solo e de recursos hídricos: a disponibilidade hídrica como critério para a localização de empreendimentos. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 21, n. 1, pp.1-7, 2016.

MONTENEGRO, Abelardo Antônio de Assunção, MONTENEGRO, Suzana Maria Gico Lima. Olhares sobre as políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido. *In*: GHEYI, H. R., PAZ, V. P. S., MEDEIROS, S. S., GALVÃO, C. O. (org.). **Recursos hídricos em regiões semiáridas: Estudos e aplicações**. Campina Grande, PB: Instituto Nacional do Semiárido, Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012, pp. 2-24.

MOURA, Micaella. Raíssa Falcão, RIBEIRO NETO, Alfredo, SANTANA, Maria Clara, CAMPOS, Bruna, MONTENEGRO, Suzana Maria Gico. Hydrological variability in the Capibaribe River Basin in the 20th and 21st centuries. *In*: XVI World Water Congress, 16., 2017, Cancún. **Anais [...]** Madison: International Water Resources Association, 2017, p. 1-13.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015. 49 p. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/>> Acesso em: 01 de mai. 2019

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993

PEREIRA, Renata Maria Vasconcelos; MEDEIROS, Rodrigo. A aplicação dos instrumentos de gestão e do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos na Lagoa Rodrigo de Freitas, RJ, Brasil. **Revista Ambiente & Água**, v.4, n.3, p.211-229, 2009.

PERNAMBUCO. **Estatuto social do comitê da bacia hidrográfica do rio Capibaribe – COBH/Capibaribe**. Pernambuco, 2007. 7 p.

PERNAMBUCO. **Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, [2005]. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=12984&complemento=0&ano=2005&tipo=&url=>> Acesso em: 14 de jun. 2019.

PROJETEC-BRLI. **Plano Hidroambiental da bacia hidrográfica do rio Capibaribe**. Recife 2010. 389p. (Tomo I - diagnóstico hidroambiental, vol. 01/03, Projetos Técnicos).

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; DO NASCIMENTO, Josilene Barbosa; MOREIRA, Orlandil de Lima. (org.) **Gênero, Participação Política e Novas Sociabilidades da Juventude**. 2016. Campina Grande: EDUEPB, 2016. (*e-book*) 95 p. Disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/ebooks/>> Acesso em: 30 jun. 2019.

SANTOS, Vânia Maria Nunes dos; JACOBI, Pedro Roberto. Educação, ambiente e aprendizagem social: metodologias participativas para geoconservação e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 249, pp. 522-539, 2017.

SILVA, Jadson Freire; CANDEIAS, Ana Lúcia Bezerra; SANTOS, Antônio Helton Vasconcelos.; MESQUITA, Áurea Nascimento de Siqueira; SILVA; Pedro Paulo Lima; DE SOUZA; Evellyn Suellen Araújo; NEGREIROS, Érica Paula Elias Vidal de. Recife também tem jovens ambientalistas! O coletivo jovem de jovem de Meio Ambiente do Recife (CJMAR): História, atuação e perspectivas. **Revista Educação Ambiental em Ação**, n. 65, ano XVII, 2018.

SILVA, Tarcisio Augusto Alves. Políticas públicas de juventude e meio ambiente: o que a percepção socioambiental dos jovens pode dizer? **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 52, n. 2, p. 214- 222, 2016.

SOUZA-FERNANDES, Luciana Cordeiro. Água: um olhar feminino. **Labor e Engenho**, v. 12, n. 2, p. 182- 196, 2018.

SOUSA MENDES, Jocicléia; GORAYEB, Adryane; BRANNSTROM, Christian. Diagnóstico Participativo e Cartografia Social aplicados aos Estudos de Impactos das Usinas Eólicas no litoral do Ceará: O Caso da Praia do Xavier, Camocim. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 243 – 254, 2016.

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. **Direitos da Juventude:** subsídios para o debate (Meio Ambiente). Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2015. 114 p.

VILLAMAYOR-TOMAS, Sergio; GARCÍA-LÓPEZ, Gustavo. Social movements as key actors in governing the commons: Evidence from community-based resource management cases across the world. **Global environmental change**, v. 53, p. 114-126, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2015. 320 p.

YUNITA, Sekar AW; SORAYA, Emma; MARYUDI, Ahmad. We are just cheerleaders: Youth's views on their participation in international forest-related decision-making fora. **Forest Policy and Economics**, [s.l.], v. 88, pp.52-58, 2018.

ZORZI, Lorenzo; TURATTI, Luciana; MAZZARINO, Jane Márcia. O direito humano de acesso à água potável: uma análise continental baseada nos Fóruns Mundiais da Água. **Ambiente & Água -An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, [s.l.], v. 11, n. 4, p. 954-972, 2016.

ZURBA, Melanie; TRIMBLE, Micaela. Youth as the inheritors of collaboration: Crises and factors that influence participation of the next generation in natural resource management. **Environmental Science & Policy**, [s.l.], v. 42, pp.78-87, 2014.

Submetido em: 07-04-2020.

Publicado em: 21-08-2020.